

Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.250-265>

Recebido em: 16/5/2018

Aceito em: 19/3/2019

Rosani Marisa Spanevello¹, Ana Maria Nunes Doege²,
Laila Mayara Drebes³, Adriano Lago⁴

RESUMO

O tema do estudo são as interconexões entre agricultura familiar, mulheres rurais e atividades não agrícolas. O objetivo foi analisar como acontece a inserção de mulheres rurais nas atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar do município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. De natureza qualitativa e delimitado como estudo de caso, a pesquisa envolveu a aplicação de formulários com 17 mulheres rurais inseridas em atividades não agrícolas. Diante de um contexto de desvalorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas tradicionais, a inserção nas atividades não agrícolas se mostra como uma fonte econômica alternativa, acarretando, ao menos parcialmente, a independência financeira das mulheres rurais, além de resultar em melhorias de cunho sociocultural, ampliando o seu convívio social e a sua qualidade de vida. Dessa maneira, as atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar são favoráveis à autonomização das mulheres rurais, considerando suas vantagens monetárias e não monetárias. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de estudos sobre o potencial destas atividades em ampliar as possibilidades de permanência das mulheres no meio rural, levando em consideração que são as principais migrantes rumo aos centros urbanos, muito em virtude da desvalorização da sua atuação como agricultoras.

Palavras-chave: Gênero. Agricultura familiar. Renda não agrícola.

RURAL WOMEN AND NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN THE CONTEXT OF FAMILY FARMING

ABSTRACT

The theme of the study are the interconnections between family farming, rural women and non-agricultural activities. The objective was to analyze the inclusion of rural women in non-agricultural activities in scope of the family agriculture of the municipality of Arvorezinha, state of Rio Grande do Sul, Brazil. Of qualitative nature and delineated as a case study, the study involved the application of forms with 17 rural women enrolled in non-agricultural activities. Faced with a context of devaluation of female labor in traditional agricultural activities, the insertion in non-agricultural activities shows itself as an alternative economic source, at least partially affecting the financial independence of rural women, in addition to resulting in socio-cultural improvements, enhancing their social life and their quality of life. In this way, non-agricultural activities within the family agriculture are favorable to the empowerment of rural women, considering their monetary and non-monetary advantages. In this sense, it is necessary to study the potential of these activities in expanding the possibilities for women to stay in rural areas, taking into consideration that they are the main migrants to urban centers, due to the devaluation of their work as farmers.

Keywords: Gender. Family farming. Non-farm income.

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). rspanevello@yahoo.com.br

² Graduada em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). anadoege@hotmail.com

³ Mestre e doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). drebeslm@gmail.com

⁴ Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). adrianolago@yahoo.com.br

As atividades não agrícolas têm se tornado importante alternativa geradora de renda para a população que reside no meio rural, especialmente aquela pertencente à agricultura familiar. Os agricultores familiares e suas famílias têm sido atraídos cada vez mais para ocupar distintos postos de trabalho, além do agrícola, tais como turismo rural, agroindustrialização, comércio e prestação de serviços. As motivações para exercer outras atividades associadas ou não à agricultura estão diretamente relacionadas com o tamanho da propriedade, a capacidade de gerar renda, a valorização da agricultura, a penosidade do trabalho agrícola, o “saber-fazer” dos membros da família, a proximidade dos centros urbanos, as perspectivas dos filhos e filhas em permanecer no campo, entre outros.

Segundo Silva e Schneider (2010), a agricultura familiar brasileira é responsável por quase 77,0% dos postos de trabalho na agropecuária, posto que, no entanto, ainda é pouco conhecida a parcela desta proporção que se refere à contribuição das mulheres nas propriedades familiares de produção. Além disso, ante ao acelerado processo de migração causado por diversos fatores e que atinge os jovens rurais em geral, mas de modo especial as moças, a questão da persistência do caráter familiar destas propriedades emerge como um tema central a ser debatido no desenvolvimento rural brasileiro (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Inserido, portanto, no contexto da agricultura familiar e, em especial, da sua manutenção, encontra-se um fator de grande importância e que vem sendo abordado, a saber: o papel da mulher na reprodução da agricultura familiar. Dentro desta abordagem têm-se diversos fatores interligados que influenciam a permanência, ou não, da mulher no meio rural e, ainda, sua relação com a manutenção da agricultura familiar, bem como estratégias de melhoria da sua condição socioeconômica e incentivos à sua permanência.

Tendo em vista estas questões, este trabalho tem como proposta discutir o exercício das atividades não agrícolas desenvolvidas por mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar. Conforme Brandão (2005), as atividades não agrícolas abrangem trabalhos nos ramos tradicionais da atividade industrial, como novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, tais como lazer, turismo, conservação da natureza, artesanato, comercialização, agroindustrialização, entre outras.

Segundo Silva e Schneider (2010), a grande maioria dos estudos referentes às mulheres rurais reforça seu papel dentro das propriedades, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas. Ainda que estes estudos sejam relevantes para entender qual é o papel das mulheres no trabalho, na gestão das propriedades familiares e na reprodução socioeconômica das famílias rurais, torna-se necessário analisar o que acontece com as mulheres quando as mesmas desenvolvem atividades não agrícolas.

Nesse sentido, o objetivo central deste estudo é analisar a inserção das mulheres rurais em atividades não agrícolas no contexto da agricultura familiar do município de Arvorezinha, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da discussão do perfil destas mulheres rurais e de sua participação nas atividades agrícolas e não agrícolas, além das mudanças socioeconômicas geradas a partir da sua inserção nas atividades não agrícolas.

Em termos estruturais, o artigo aborda a revisão de literatura referente à desvalorização do trabalho das mulheres rurais na agricultura e sua inclusão em atividades não agrícolas, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados e discussão, as principais conclusões e, por fim, as referências bibliográficas.

SOBRE A RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS E A ASCENSÃO DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Segundo a FAO (2012), as mulheres são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos que chegam às mesas em todo o mundo, e em países menos desenvolvidos há maior presença delas na economia agrícola – mais de 70,0% das mulheres economicamente ativas trabalham na agricultura. Na concepção de Cielo, Wenninkamp e Schmidt (2014), o papel da mulher nas atividades agrícolas não se restringe à produção e à comercialização de alimentos, posto que as mesmas atuam tanto no trabalho no campo quanto nas mais distintas funções. As mulheres são precursoras dentro das propriedades, assumindo os desafios impostos pela inovação tecnológica e colocando em prática saberes adquiridos com outras gerações, mesmo que sua qualificação profissional ainda seja muito baixa se comparada a países mais desenvolvidos.

Com relação às atividades realizadas pelas mulheres na produção agrícola, nota-se que em alguns setores elas marcam mais presença na mão de obra do que em outros. Melo e Di Sabbato (2006) mostraram que a participação das mulheres rurais brasileiras nas atividades agropecuárias é distinta. Segundo as autoras, na produção de aves e pequenos animais as mulheres representam 82% das pessoas ocupadas na atividade; na horticultura/fruticultura – constituem 46,6% do pessoal ocupado; na lavoura e pecuária representam, respectivamente, 26,9% e 14,3% nas atividades; já na silvicultura/exploração florestal, correspondem a 36,2% das pessoas ocupadas; enquanto na pesca/aquicultura, chegam a 13,8%; e na apicultura/sericultura em torno de 12%.

Ainda, a produção para autoconsumo⁵ no meio rural brasileiro envolve um grande contingente de mulheres, constituindo cerca de 40% da ocupação feminina, enquanto a mesma ocupação demanda apenas 8,9% da mão de obra masculina nas atividades da agropecuária. De acordo com Brumer e Anjos (2008, p. 9), são identificadas como produção para o autoconsumo realizadas pelas mulheres “as tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família”.

Percebe-se que essa produção destinada ao autoconsumo não é considerada parte lucrativa, uma vez que não é destinada à comercialização e, portanto, é vista como um complemento apenas, ou até mesmo como um “aproveitamento” da mão de obra feminina na função de prover alimentação e bem-estar à família (MELO; DI SABBATO, 2006). Brumer e Anjos (2008, p. 9) também argumentam que o desempenho

⁵ O trabalho para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos, que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades, entre as quais está a produção alimentar para o autoconsumo doméstico (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2007).

das mulheres “nessas atividades não é considerado como trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários”.

A realidade suprarretratada, todavia, tem como pano de fundo a invisibilidade do trabalho da mulher rural, o qual nos remete à questão de gênero. Para Scott (1995, p. 8), o termo gênero tem como ponto de partida a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres. Em seu conceito mais amplo, o termo gênero significa compreender que os papéis sociais distintos entre homens e mulheres não são determinados pela biologia, mas, sim, pela sociedade, não sendo iguais, ou seja, com supremacia dos homens sobre as mulheres (MENASCHE; BELÉM, 1998). Trazendo esta definição para o contexto das mulheres rurais, verifica-se a existência de uma naturalização da subordinação da mulher dentro das propriedades cuja raiz, conforme Herrera (2012, p. 3-4), “está relacionada com a relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material é a divisão sexual do trabalho. Esta diferenciação é determinada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar, tais como a divisão sexual do trabalho”.

Brumer (2002) afirma que, apesar da importância das mulheres, suas atividades não costumam ser consideradas trabalho propriamente dito. Ou seja, a mulher desempenha seu papel no cuidado da casa, em prover o alimento para a família e, quando “lhe sobra um tempo”, ainda “ajuda” na produção. Conforme Brumer (2004), a divisão do trabalho por sexo na agricultura mostra que as mulheres – juntamente com as crianças e os jovens – ocupam posição subordinada e, geralmente, seu trabalho aparece como “ajuda”, mesmo quando trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. De acordo com Melo e Di Sabbato (2006), as próprias mulheres rurais apresentam dificuldades em reconhecer todos os trabalhos que realizam. Assim, costumam declarar jornadas de trabalho muito pequenas, pois comparam-se às trabalhadoras urbanas que precisam sair de casa para trabalhar, enquanto no campo essa questão não é claramente distinguida. Tal invisibilidade pode ser considerada uma das causas da migração de mulheres do meio rural para o urbano.

Nesse sentido, a visibilidade e o reconhecimento econômico e social do trabalho feminino no meio rural tem se dado por meio de outras formas para além do trabalho agrícola e doméstico, tais como as atividades não agrícolas. Para Ney e Hoffmann (2008), a ampliação das atividades não agrícolas é um importante componente do desenvolvimento da economia rural, posto que estas têm proporcionado novas oportunidades de trabalho para a população que reside no campo e ainda têm gerado alternativas de se obter remunerações mais elevadas aos agricultores que somente exercem atividades agrícolas. Os mesmos autores, recém-citados, concluem que, desta maneira, as atividades rurais não agrícolas têm constituído uma crescente parcela da renda rural.

Em décadas mais recentes, a agricultura familiar, segundo Silva (2009), tem apresentado uma tendência de combinar atividades não agrícolas e agrícolas no meio rural, tendência esta que se manifesta com certa expressão também no interior do Rio Grande do Sul. Brandão (2005), analisando os destinos de investimentos de agricultores familiares na região central do Rio Grande do Sul, verificou que 52% investiram em agroindústrias e 19% em artesanato. Ainda de acordo com Silva (2009), a realização de diversas atividades sempre esteve presente nas famílias rurais, quando, por exemplo, os

agricultores fabricavam seus próprios instrumentos ou confeccionavam demais artigos artesanais, como vestimentas e calçados. Ainda, no que diz respeito ao Estado do Rio Grande do Sul, há uma nítida tendência de crescimento das pessoas domiciliadas no meio rural entre os ocupados em atividades não agrícolas, que, em 1992, eram 297 mil e, em 2004, chegaram a 304 mil habitantes (SCHNEIDER *et al.*, 2006).

As atividades não agrícolas têm se apresentado com uma alternativa de trabalho para as mulheres. Segundo Schneider (2004), desde a década de 90 registrou-se um crescimento em todos os países da América Latina dos empregos em atividades não agrícolas. Este crescimento é mais expressivo no caso das mulheres, pois em nove países verifica-se uma variação de 65% a 93% de participação das mulheres no mercado de trabalho rural não agrícola. Ainda, conforme Schneider (2004), além da questão do trabalho agrícola e doméstico, tem se visualizado a discussão sobre o papel das mulheres nas atividades não agrícolas.

Para Silva (2009), o rendimento provindo de atividades não agrícolas tem caráter individual – ao contrário da renda agrícola, que é familiar – (mesmo que normalmente seja aplicado ao conjunto da família e da unidade de produção), podendo representar a independência financeira das jovens e das mulheres, cujo trabalho na propriedade tende a ser desvalorizado e não remunerado.

Consoante Paulilo (2004), para as mulheres o direito de tomada de decisão sobre a própria vida pode estar desvinculado de um salário individual, mas não do acesso a uma renda própria. Aí entra a discussão da importância da prática de atividades não agrícolas para mulheres residentes no meio rural. Quanto à divisão social do trabalho constituído na agricultura familiar, esta pode ser rompida ou fortemente alterada com a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividade não agrícola (STADUTO *et al.*, 2008).

Para Staduto *et al.* (2008), várias atividades, que inicialmente são complementares, passam a ser componentes relevantes na renda da família, atividades estas que podem ser agrícolas assim como não agrícolas, dentre as quais citam-se: a agroindústria familiar rural, a produção de leite, o artesanato, o turismo e outros, que, em muitos casos, são inicialmente responsabilidade das mulheres. Os mesmos autores, em seu estudo sobre mulheres de famílias rurais do Estado do Paraná na agricultura familiar, destacaram a tendência de aumento do número de mulheres envolvidas em atividades exclusivamente não agrícolas, concluindo que estas atividades estão impedindo uma redução ainda maior no número de mulheres ocupadas no rural paranaense.

Com relação às motivações que levam as mulheres a praticarem atividades não agrícolas, essas podem ser diversas. Segundo Bharadwaj, Findeis e Chintawar. (2013), uma grande proporção de mulheres do meio rural norte-americano, ocupadas em atividades não agrícolas, demonstrou motivação financeira, o que sugere que estas trabalhadoras dão grande importância à manutenção da segurança financeira da fazenda: 57% das mulheres declararam motivações financeiras; 18% reportaram razões sociais; 16% declararam desejo de manter suas habilidades em prática; enquanto 9% apresentaram razões diversas. Ainda conforme as autoras, as diferentes motivações são afetadas por características individuais, familiares e pela situação financeira da propriedade (BHARADWAJ; FINDEIS; CHINTAWAR, 2013).

Ainda, quando se aborda a questão da prática de atividades não agrícolas no meio rural, é importante salientar que estas práticas normalmente trazem consequências benéficas à vida das mulheres principalmente. Segundo Lunardi (2012), o turismo rural, assim como outras atividades não agrícolas, tem se tornado uma opção viável de complementação de renda, como também uma estratégia de reprodução social, econômica e cultural das populações rurais.

Além disso, tal atividade permite a inserção no mercado de trabalho de atores que até então não desenvolviam atividade produtiva que gerasse renda monetária, como é o caso das mulheres e jovens que se encontravam em situação de ajuda na atividade produtiva – e passaram a ter autonomia financeira –, destacando que as mulheres se inseriram na organização social da propriedade e da comunidade local, o que possibilita a socialização destas, mudando a dinâmica social, econômica e cultural delas e também das famílias envolvidas. Do mesmo modo, a mulher é peça chave no desenvolvimento do turismo, e o resultado do seu trabalho é importante fator de valorização (econômica, social e política) das mulheres rurais envolvidas nestas atividades (LUNARDI, 2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a inserção das mulheres em atividades não agrícolas, o estudo foi desenvolvido em conformidade com o método qualitativo de investigação científica. Segundo Minayo (2012), o método qualitativo aplica-se ao estudo da história, das relações, representações, crenças, percepções e opiniões resultantes das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como constroem seus artefatos e a si mesmos, de como vivem, sentem e pensam. Este método permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, e propicia a construção de novas abordagens, assim como a revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação científica. Em conformidade com essa natureza, o delineamento utilizado foi o estudo de caso.

Conforme Gil (2011), este delineamento consiste em estudo empírico destacado por suas profundas e detalhadas imersões nas realidades sociais estudadas por meio da utilização de diversas técnicas de coleta de dados combinadas. Em termos amostrais, foi desenvolvido um estudo de caso único de meio geográfico (PIRES, 2010).

Nesse sentido, o meio geográfico selecionado foi o município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, dada a expressividade da atuação das mulheres rurais em atividades não agrícolas e a acessibilidade das pesquisadoras ao município. No que se refere ao município de Arvorezinha – RS, está situado geograficamente na mesorregião Nordeste Rio-Grandense e microrregião Guaporé, a cerca de 210 km da capital do Estado. Em 2010, o total da população era de 10.255 habitantes, dos quais 38,5% eram rurais, divididos em 52,4% homens e 47,6%, mulheres (IBGE, 2010).

Em Arvorezinha (RS), os dados foram coletados durante o ano de 2016 mediante aplicação de formulários, cuja finalidade foi: 1) estabelecer o perfil das mulheres rurais inseridas em atividades não agrícolas; 2) identificar as atividades não agrícolas geradoras de renda praticadas por elas; 3) compreender os ganhos oriundos das atividades não agrícolas, tanto em termos econômicos quanto sociais e culturais. Nesse sentido, o formulário trouxe perguntas abertas e fechadas que tratavam da idade, escolaridade e

estado civil e do tamanho das propriedades das mulheres, dos tipos de atividades não agrícolas exercidas, da renda gerada por estas atividades e da sua destinação e possibilidade de identificar os benefícios gerados pela atividade não agrícola para as mulheres.

Diante do exposto, o público-alvo da pesquisa foi mulheres rurais que auferiam renda a partir da prática de atividades não agrícolas, dentro ou fora da propriedade rural. Os critérios de inclusão na pesquisa, isto é, de participação no formulário, foram: ser mulher; residir no meio rural do município de Arvorezinha; ter idade de 16 anos ou mais; praticar atividades não agrícolas geradoras de renda e aceitar livremente participar da pesquisa.

Embora respeitando os critérios mencionados, o estudo visou a abranger a maior diversidade possível de atividades não agrícolas, utilizando uma amostragem por conveniência, que, conforme Gil (2008), é destituída de rigor estatístico e é aplicada em estudos qualitativos exploratórios, posto que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que eles representam, de alguma forma, o universo estudado. Nesse sentido, foram incluídas na amostra desde mulheres que faziam algum tipo de artesanato, doces, massas caseiras, como também trabalhavam em agroindústrias e indústrias ervateiras, exercendo atividades diversas dentro destas. No total, 17 mulheres constituíram a amostra do estudo.

Os dados coletados com a aplicação dos formulários semiestruturados com estas 17 mulheres rurais foram analisados de acordo com a metodologia de análise de conteúdo, envolvendo organização, sistematização e categorização dos dados oriundos dos formulários com base em um processo de descrição, inferência e interpretação destes dados (MINAYO, 2007). Vale ressaltar que, complementarmente, apesar da natureza qualitativa do estudo, utilizou-se estatística descritiva na análise de certas informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil das Mulheres Rurais Inseridas em Atividades não Agrícolas

Com base nos formulários conduzidos, buscou-se, primeiramente, traçar o perfil destas mulheres rurais envolvidas com atividades não agrícolas em Arvorezinha – RS. Referente à idade, a mulher mais jovem participante da pesquisa apresentou 17 anos e a mais velha 65 anos de idade. Dentre as 17 mulheres rurais estudadas, 11,8% tinham menos de 20 anos no momento da pesquisa (2 mulheres), 41,2% apresentavam de 20 a 29 anos (7 mulheres), 29,3% tinham de 30 a 39 anos (5 mulheres), 5,9% apresentavam de 40 a 49 anos (1 mulher) e 11,8% de 60 a 69 anos (2 mulheres).

Diante disso, notou-se uma prevalência de mulheres rurais envolvidas em atividades não agrícolas na faixa etária dos 20 aos 29 anos. Este é um dado interessante, pois evidencia a potencialidade das atividades não agrícolas em fomentar a permanência das mulheres mais jovens nas áreas rurais, sendo estas o principal público de migrações rumo ao meio urbano. Não obstante, é um dado que destoa de estudos mais antigos sobre mulheres e atividades não agrícolas, pois Silva e Schneider (2010), em pesquisa conduzida no Rio Grande do Sul, notaram, de maneira geral, uma tendência de envelhecimento das mulheres rurais envolvidas com atividades não agrícolas.

Quanto ao estado civil, 52,9% das mulheres rurais encontravam-se casadas (9 mulheres) e 5,9% em união estável (1 mulher). As demais (7 mulheres) eram solteiras, representando 41,2% das mulheres rurais estudadas. Verificou-se que o número de filhos variou desde mulheres que não tinham filhos até mulheres com, no máximo, três filhos. O expressivo número de mulheres solteiras encontradas nas áreas rurais e envolvidas com atividades não agrícolas chama a atenção ao contrastar com os dados do estudo de Silva e Schneider (2010) que, analisando os municípios de Três Palmeiras e Veranópolis, ambos no Rio Grande do Sul, mostrou a predominância de mulheres casadas nas áreas rurais, tanto no âmbito das atividades tradicionais, vinculadas com o setor agropecuário, quanto nas atividades não agrícolas, evidenciando o casamento como um estímulo à permanência no meio rural, posto que, neste sentido, a solteirice incitaria à migração. Diante disso, em Arvorezinha (RS) este dado referente ao estado civil aponta para o potencial das atividades não agrícolas de fomentar a permanência de um público distinto de mulheres nas áreas rurais, isto é, mulheres mais jovens que ainda não constituíram família.

Referente ao nível de escolaridade, encontrou-se 41,2% de mulheres rurais cuja escolaridade era de Ensino Fundamental Incompleto (7 mulheres), mas, em contrapartida, 58,8% delas haviam concluído o Ensino Médio (10 mulheres). Em estudo conduzido no Rio Grande do Sul, Silva e Schneider (2010) haviam notado uma reduzida escolaridade entre as mulheres rurais, inclusive entre aquelas que praticavam atividades não agrícolas. Nesse sentido, em Arvorezinha (RS), considerando que muitas das mulheres rurais que desenvolvem atividades não agrícolas são jovens e solteiras, estas também apresentam um índice de escolaridade mais elevado.

As propriedades rurais destas mulheres, em termos de tamanho, variaram de 3 a 24 hectares, e destas somente uma propriedade rural apresentou mais que um módulo fiscal (que é de 20 hectares para o universo de análise). Em escala, 29,3% das mulheres rurais que realizavam atividades não agrícolas possuíam propriedades rurais que tinham até 5 hectares (5 mulheres), 35,4% possuíam propriedades de 6 a 10 hectares (6 mulheres), 17,7% de 11 a 15 hectares (3 mulheres), 11,8% possuíam propriedades rurais de 16 a 20 hectares (2 mulheres) e, como mencionado anteriormente, somente 5,8% possuíam mais de 20 hectares (1 mulher). Considerando esta realidade de pequenas propriedades rurais familiares, percebe-se a consonância com o estudo de Anjos e Caldas (2006), que notaram a importância de atividades não agrícolas especialmente em propriedades rurais, onde o seu tamanho reduzido atuava como um fator de restrição à produção agropecuária e, conseqüentemente, à renda e à reprodução social.

Em Arvorezinha (RS), nas propriedades rurais das mulheres estudadas, eram desenvolvidas diversas atividades agropecuárias de interesse econômico, como a produção de aves, de erva-mate, de fumo, de frutas, de lenha, de milho e de olerícolas. Dentre estas atividades, merece destaque a erva-mate, que esteve presente no caso de 52,9% das mulheres rurais estudadas, isto é, de 9 mulheres. A relevância deste produto agropecuário deve-se ao fato de o município de Arvorezinha (RS) estar entre os principais produtores de erva-mate do país, como destacado no estudo de Chechi e Schultz (2016).

Considerando a inserção das mulheres rurais nestas atividades agropecuárias, as mesmas se mostraram inseridas, se não em todas, na maioria das atividades de interesse econômico, isto é, geradoras de renda. Destarte, quando questionadas sobre seu papel nestas atividades, percebeu-se que as mulheres rurais consideravam sua mão de obra meramente como “ajuda”.

Isto sem contar as atividades domésticas exercidas, indicadoras de uma “dupla jornada de trabalho” (ou mesmo “tripla jornada”). Assim, além de “ajudar” nas atividades agropecuárias, elas ainda necessitavam realizar as atividades domésticas, como mostram os trabalhos de Brumer (2004) e Paulilo (2004). Entre as mulheres rurais estudadas, 100% afirmaram “fazer tudo” no que se refere às atividades domésticas, como a limpeza da casa, o cozimento dos alimentos, a higiene das vestimentas, entre outras. O fato de o trabalho das mulheres rurais nas atividades agropecuárias ser entendido como “ajuda”, entretanto, cria obstáculos ao seu reconhecimento como agricultoras, restringindo-as a donas de casa. Muito em virtude desse cenário, entre os jovens rurais, as jovens mulheres migram mais que os jovens homens.

Assim, vale destacar como em Arvorezinha (RS) algumas mulheres rurais declararam de maneira aliviada – sobretudo as atuantes no cultivo de fumo – como a sua inserção em atividades não agrícolas permitiu uma diminuição do tempo de “ajuda” nas atividades agropecuárias. Diante de tudo isso, é possível refletir sobre a importância destas atividades não agrícolas no reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras.

Ainda assim notou-se, contudo, a subordinação das mulheres aos homens em certos aspectos, como na questão de contato com a assistência técnica, de comercialização e de investimento. Nenhuma das mulheres era encarregada – de maneira exclusiva – por essas questões, sendo estes encargos considerados masculinos. Em somente 11,8% dos casos as mulheres rurais tiveram atuação nestas tarefas, declarando executá-las conjuntamente com os maridos (duas mulheres). Em estudo sobre as mulheres rurais assentadas em Manoel Viana, no Rio Grande do Sul, Drebes e Bohner (2016) notaram cenário semelhante no âmbito das atividades agropecuárias conduzidas, quando somente uma das sete mulheres estudadas era considerada protagonista nos encargos vinculados com a gestão econômica da propriedade rural.

Outro modo de subordinação foi encontrado na remuneração das mulheres rurais pelas atividades agropecuárias desenvolvidas, pois esta se mostrou praticamente inexistente, indicando a dependência das mulheres de Arvorezinha (RS) em relação aos homens, considerados os “provedores da casa”. Entra aí a questão da dependência financeira, que, muitas vezes, é uma condicionante que motiva a inserção feminina em outras atividades geradoras de renda. Os sucintos relatos coletados nos formulários mostraram como este cenário incentivou a “fuga” de muitas mulheres rurais para as atividades não agrícolas em busca da autonomia financeira.

Silva (2009) propõe a hipótese de que atividades não agrícolas na agricultura familiar alteram as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica à medida que as mulheres têm acesso à renda fora do setor agropecuário e, por vezes, fora da própria propriedade rural. Nesse sentido, entre as mulheres rurais estudadas existiram

relatos de que as mesmas passaram a receber auxílio de outros membros da família nas atividades domésticas a partir do momento em que se envolveram com atividades não agrícolas.

As Atividades Não Agrícolas das Mulheres Rurais

Todas as mulheres rurais estudadas mostram-se inseridas em atividades não agrícolas, sendo estas variáveis conforme o seu contexto de inserção. Entre as atividades não agrícolas desenvolvidas, chamaram atenção as atividades de industrialização caseira de produtos agropecuários, como aipim descascado, conservas e geleias, farináceos (como bolos e pães), massas, queijos, etc., presentes entre 23,5% das estudadas (4 mulheres). Nesse mesmo sentido, também 5,9% das mulheres dedicavam-se à fabricação e comercialização de artesanato, especificamente de chinelos e de bonecas (1 mulher). Por fim, 70,6% das mulheres estavam inseridas em outros trabalhos, envolvidas em agroindústrias, empresas de processamento de frutas e empresas ervateiras, considerando o caráter regional propício à produção da erva-mate (12 mulheres).

Diante disso, entendendo as atividades não agrícolas como um grande guarda-chuva teórico que, na prática, manifesta-se de maneiras variadas, utilizando as ideias de Schneider (2004, 2009) e Nascimento (2009), percebe-se que no contexto de Arvorezinha (RS), as mulheres rurais tendem a realizar atividades não agrícolas que podem ser definidas como para-agrícolas ou como pluriatividade.

As atividades para-agrícolas referem-se a beneficiamento, processamento e transformação da produção agropecuária (*in natura* ou de derivados) produzida dentro de uma propriedade rural ou, ainda, obtida (parcial ou totalmente) fora. Estas atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família (autoconsumo) ou a comercialização externa. No meio rural, muitas mulheres costumam praticar atividades para-agrícolas, tais como artesanato e processamento de matérias-primas em produtos caseiros de diversos tipos. Essas práticas, muitas vezes, já se originam de um contexto cultural, sendo passadas de mãe para filha por diversas gerações, posto que não se pode ignorar a influência de tais atividades na vida destas mulheres, principalmente quando geram renda. No caso de Arvorezinha (RS), como suprademonstrado, 29,4% das mulheres rurais desenvolviam atividades não agrícolas neste formato (5 mulheres).

Já a pluriatividade refere-se a famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e não agrícolas no interior ou fora do estabelecimento rural. Em Arvorezinha (RS) notou-se que 70,6% das mulheres rurais estudadas manifestaram sua inserção em atividades não agrícolas por meio da pluriatividade, pois combinaram o auxílio nas atividades agropecuárias com o desempenho de outras atividades, como as agroindústrias, empresas de processamento de frutas e empresas ervateiras (12 mulheres).

Referente aos motivos que conduziram as mulheres a iniciar as atividades não agrícolas, evidenciaram-se inúmeras motivações. A renda própria foi unanimidade, pois certas mulheres afirmaram isso mesmo declarando outras motivações em somatório. Isso mostra, por um lado, a complexidade e a diversidade dos motivos e, por outro, a importância para estas mulheres rurais de “*ter o seu próprio dinheirinho*” destinado

“para as suas coisas”. Para Silva (2013), uma das razões que faz com que as pessoas iniciem em atividades não agrícolas é justamente a necessidade de diversificação de renda, ocorrendo, normalmente, em indivíduos de domicílios relativamente mais pobres.

O tempo de participação em atividades não agrícolas das mulheres estudadas foi bastante variável, indo de menos de 1 ano até mais de 20 anos. As mulheres rurais que exerciam atividades não agrícolas há pouco tempo se mostraram animadas com os efeitos socioeconômicos positivos vindouros, enquanto as mulheres rurais, há muito inseridas nas atividades não agrícolas, discorreram concretamente sobre estes efeitos positivos em seus trabalhos e em suas vidas.

Outro dado interessante referiu-se à realização de investimento inicial e origem do recurso financeiro para o ingresso nas atividades não agrícolas. Em Arvorezinha (RS), entre as mulheres rurais estudadas, somente 23,5% (isto é, 4 mulheres) declararam ter feito investimento inicial na atividade, sendo este proveniente da própria família em 3 casos e de empréstimo do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) em 1 caso.

Nesse sentido, Silva (2013) relata que existem algumas limitações quanto à capacidade de ingresso nas atividades não agrícolas, tais como capital inicial, educação, garantias de acesso ao crédito e introdução ao mercado consumidor, destacando que, em razão disto, as políticas de desenvolvimento rural deveriam procurar ações favoráveis para que as famílias de pequenos agricultores tenham maior participação nas atividades não agrícolas. A mesma autora ainda observou que a promoção do crescimento das atividades não agrícolas pode ser incentivada pela flexibilização do processo de trabalho industrial, que também interessa à indústria por ser mais econômica. Assim a pluriatividade fixou-se permanentemente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico no meio rural.

Os Ganhos Socioeconômicos das Atividades Não Agrícolas para as Mulheres Rurais

Com relação ao auxílio nas atividades não agrícolas, hegemonicamente as mulheres rurais estudadas recebiam auxílio de outras mulheres da família, como filha, mãe e/ou avó, sendo raros os relatos de auxílio vindo dos maridos e dos filhos. Estas últimas situações somente foram encontradas na ausência de outras mulheres que pudessem auxiliar no desenvolvimento das atividades não agrícolas. Em Arvorezinha (RS) notou-se, então, a emergência das atividades não agrícolas, principalmente as para-agrícolas, como um espaço de atuação e de protagonismo das mulheres rurais, semelhante às atividades domésticas, nas quais os homens raramente escolhem inserir-se. Referente ao tempo dedicado às atividades não agrícolas, este mostrou-se bastante variável, indo de mulheres que trabalhavam os sete dias da semana até mulheres que trabalhavam somente duas vezes por semana com estas atividades.

Sobre quem vende a produção não agrícola, obteve-se os seguintes resultados: empresa (10 mulheres, isto é, 58,7%); a própria entrevistada (3 mulheres, isto é, 17,7%); a entrevistada e a vó (1 mulher, ou seja, 5,9%); a entrevistada e o marido (1 mulher, equivalente a 5,9%); a filha da entrevistada (1 mulher, isto é, 5,9%) e a família inteira (1 mulher, equivalente a 5,9%).

Ainda, referente à renda gerada pelas atividades não agrícolas, mensurada em salários mínimos, notou-se que 1 entrevistada obtinha até meio salário (5,9%), 14 obtinham entre 1 e 2 salários (82,3%) e 2 obtinham 4 ou mais salários (11,8%). Ademais, comparando quanto a renda não agrícola representava no total familiar, verificou-se percentuais distintos, sendo a maioria de 10,0%, mas podendo chegar a 90,0%.

Quanto à destinação da renda provinda das atividades não agrícolas, as mulheres apresentam diferentes formas de aplicações, que vão desde o reinvestimento na melhoria ou ampliação da própria atividade, investimento pessoal, pagamentos de contas domésticas e contas de insumos agropecuários para a produção agrícola contraídas em nome do cônjuge, sendo poucos casos em que as mulheres apresentam apenas um destino para a renda não agrícola. No geral, o destino da renda apresenta a seguinte configuração: somente novos investimentos na própria atividade para ampliar a renda não agrícola (3 mulheres, 17,7%); novos investimentos na atividade e pagamento de contas domésticas (tais como conta de água, luz) (2 mulheres, 11,8%); gastos pessoais e auxílio nas contas da casa (se necessário) (2 mulheres, 11,8%); para seus gastos pessoais (incluindo compra de vestimenta, lazer, pagamento de estudos) (4 mulheres, 23,5%). As demais (6 mulheres, 35,2%) afirmam destinar a renda para a viabilidade socioeconômica diária do conjunto da família. Nestes casos, as mesmas destinam a renda para lazer, pagamento de contas domésticas e de produtos agropecuárias usados na produção agrícola, dos estudos dos filhos, na compra de materiais para a atividade não agrícola, entre outros.

O que se pode destacar é que, independentemente do valor financeiro da renda gerada, esta apresentou-se como algo significativo para as mulheres, em termos de esta renda proporcionar a elas autonomia. Mesmo o fato de poder usar o “*seu dinheiro*” para pagar uma conta de luz, ou qualquer outra conta, para as mesmas, tem um grande significado. talvez por não precisar se sujeitar à avaliação de outra pessoa, normalmente figura masculina, posto que, para eles, as “*coisas*” – bens ou serviços – a que está sendo destinada a renda, quase nunca têm o mesmo significado. Para eles, pode significar algo supérfluo, enquanto para elas significa muito – desde a questão de poder tomar a decisão do destino do recurso até a questão do que o bem significa. Além disso, pode-se afirmar que há o significado mais profundo de a mulher “*se sentir útil*” em poder pagar alguma conta ou comprar algum bem para a casa.

Quando abordada a questão dos efeitos do desenvolvimento das atividades não agrícolas, 100% das 17 mulheres rurais estudadas afirmaram que, com o desenvolvimento destas atividades, foi possível ampliar o seu espaço social de circulação e conhecer novas pessoas e novos espaços de convívio social. As mulheres rurais de Arvorezinha (RS), envolvidas em atividade não agrícolas, destacaram a sua participação em cursos e reuniões para aprimorar as atividades não agrícolas e a sua inserção em ações de lazer e em viagens, utilizando a renda proveniente de tais atividades. Nos termos das mulheres rurais estudadas, as atividades não agrícolas contribuíram para “*sair mais de casa*”, “*desenvolver interesse em aprender coisas novas*”, “*conhecer novas pessoas*”, “*frequentar mais cursos e reuniões*”, “*fazer viagens de lazer e participar de excursões*” e “*poder investir no que gosta*”.

Outra questão avaliou, ainda, o que as atividades proporcionam, significando, na percepção delas, alterações que afetaram de forma positiva a qualidade de vida destas mulheres no interior das famílias e das propriedades. Todas as 17 mulheres rurais estudadas, isto é, 100% delas, destacaram benefícios socioeconômicos oriundos das atividades não agrícolas, expressos em afirmações como: *“poder trabalhar menos nas atividades agrícolas”, “passar a ter ajuda dos filhos e marido nas atividades domésticas”, “passar a ter mais poder de decisão dentro da propriedade” e “maior valorização do seu trabalho em atividades não agrícolas pela família”*.

Para as mulheres que destacaram a maior valorização do seu trabalho em atividades não agrícolas pela família, percebe-se que estas atividades foram responsáveis pelo seu reconhecimento como trabalhadoras. Já as mulheres que reiteraram que passaram a receber auxílio dos filhos e do marido nas atividades domésticas, trouxeram à tona uma realidade de como as atividades não agrícolas contribuíram para um rompimento da divisão sexual do trabalho. Não obstante, visualizar familiares do sexo masculino realizando atividades que antes não realizavam fez com que as mulheres rurais percebessem melhoras subjetivas naquilo que entendem por *“bem-estar” e “qualidade de vida”*. Além disso, também houve relatos de mulheres rurais que entenderam a redução do tempo de ocupação nas atividades agrícolas como um benefício socioeconômico das atividades não agrícolas, pois expuseram questões de saúde relacionadas à utilização dos agrotóxicos. Para estas mulheres, as atividades não agrícolas funcionaram como um escape. Referente à questão de passar a possuir maior poder de decisão na propriedade rural, as mulheres rurais expressaram que, com o desenvolvimento das atividades não agrícolas, *“sua opinião passou a valer dentro de casa”*. Isso significa que as mulheres passaram a ser vistas sob outra perspectiva que não a de apenas uma trabalhadora, mas de uma gestora.

Os *“ganhos sociais”* das mulheres a partir da sua inserção em espaços ou ações que possibilitem a manifestação da sua autonomia no interior das propriedades, já foram estudados por distintos autores, especialmente quando as mulheres rurais são alvos de ações governamentais, como é o caso das políticas públicas e de movimentos organizativos coordenados por elas mesmas, que defendem a igualdade de gênero, de acesso à terra e à assistência técnica.

Brumer (2002, p. 74), em um estudo pioneiro sobre a inclusão das mulheres como beneficiárias da aposentadoria rural e do salário da licença-maternidade, afirmou que *“as mulheres passaram a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente. O fato de receber diretamente em seus nomes permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal”*. Outro aspecto ressaltado por Brumer (2002) foi que as mulheres se tornaram provedoras e administradoras de um recurso regular ou mensal que serve para reproduzir economicamente a beneficiada, a família e a propriedade.

Também o trabalho de Spanevello *et al.* (2016), relativo às mulheres beneficiárias de políticas públicas de crédito, como o Pronaf Mulher, sugere que o acesso ao crédito não é exclusivamente voltado a investimentos em atividades específicas para as mulheres, sendo destinado em boa parte dos casos para atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens nas propriedades. Segundo as autoras, no entanto, aumentou a inserção social feminina, pois as mulheres passaram a frequentar agências bancárias e ter mais

contato com outras pessoas, tendo em vista que, para que haja liberação do recurso em seus nomes, necessitam ir ao banco, além das melhorias da renda do conjunto da família.

Outro aspecto que pode ser considerado como benéfico é o fato de as mulheres fazerem o controle da renda gerada com as atividades não agrícolas. Percebe-se que a grande maioria (82,3%) das entrevistadas, isto é, 14 mulheres, controla a renda gerada a partir das atividades não agrícolas, enquanto as demais (17,7%) delas, ou seja, 3 mulheres, declararam ser o casal quem controla a renda gerada. Este cenário mostra uma perspectiva distinta do que geralmente apontam os estudos sobre o gerenciamento da renda em propriedades familiares, nas quais tende a ser o homem quem detém a conta e repassa dinheiro aos demais membros da família (esposa e filhos) quando os mesmos solicitam ou o marido acha conveniente (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004). Ainda, conforme Silva (2009), ao contrário da renda agrícola, que é familiar, o rendimento provindo de atividades não agrícolas tem caráter individual – embora seja frequentemente aplicado para o conjunto da família e da unidade de produção – podendo representar a independência (ao menos financeira) dos jovens e das mulheres, cujo trabalho na propriedade tende a ser desvalorizado e não remunerado.

Como se pode observar, a geração de benefícios, ou a compreensão das mulheres estudadas do que sejam estes benefícios, não se limita a um fator apenas, considerando que são vários os impactos positivos gerados a partir do desenvolvimento das atividades não agrícolas. De um modo geral, entretanto, percebe-se que estas mulheres presenciaram uma melhoria de vida, ainda que não se traduza necessariamente em um aumento expressivo de sua renda. Nota-se que, para elas, os significados vão além do valor monetário, estando ligados aos fatores sociais – como a ampliação do seu ambiente de convívio – bem como da valorização do seu trabalho.

CONCLUSÕES

As mulheres no meio rural brasileiro, nas últimas décadas, têm sido alvo de inúmeras ações voltadas a aumentar a sua inserção social e econômica, especialmente em seu meio. Entre as ações, estão a sua inclusão nas políticas públicas de crédito rural, assistência técnica e extensão rural, valorização dos direitos humanos e combate à violência contra a mulher. Em âmbito regional e local, outras ações também podem contribuir para aumentar a visibilidade das mulheres rurais, especialmente no exercício do trabalho ou das atividades não agrícolas.

Como resposta ao objetivo geral proposto neste artigo, verificou-se que as mulheres participam de distintas atividades não agrícolas, tanto nas atividades para-agrícolas quanto na pluriatividade, sendo a maioria jovens. Os resultados desta inserção nos permitem considerar que não se pode afirmar que as atividades não agrícolas alteraram, por inteiro ou para todas as entrevistadas, o papel subalterno destas na família e na propriedade. É preciso destacar, no entanto, os ganhos sociais e econômicos que este tipo de atividade agregou para grande parte das mulheres entrevistadas, tais como renda própria, com a perspectiva de poder decidir sobre o destino deste recurso (ainda que a soma não seja significativa), podendo, inclusive, ser destinado para lazer próprio. Com relação ainda à renda, outras questões foram apontadas: maior poder de decisão dentro da propriedade; maior valorização da atividade não agrícola (do seu trabalho) pela

família; passar a ter ajuda dos filhos e marido nas atividades domésticas; ampliação dos espaços sociais fora da propriedade; e maior liberdade, pois o trabalho é exercido fora do âmbito da propriedade. Para parte das entrevistadas, o exercício das atividades não agrícolas representa reduzir o tempo nas atividades agrícolas, o que é visto como positivo, especialmente para as mulheres que trabalhavam com a produção de tabaco, em razão do elevado uso dos agrotóxicos. Para estas entrevistadas, está em jogo também a questão da saúde. Em resumo, o significado dos ganhos para as mulheres estudadas vai além do valor monetário.

Em relação aos resultados destacados anteriormente, é preciso considerar que os apontamentos são limitados ao universo pesquisado. Torna-se necessário ampliar estudos relacionando à questão das mulheres com o trabalho não agrícola, para gerar resultados mais precisos quanto aos efeitos deste tipo de atividade sobre a sua autonomia, bem como verificar se este tipo de atividade pode contribuir para evitar o êxodo rural feminino.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 186-212.
- BHARADWAJ, L.; FINDEIS, J. L.; CHINTAWAR, S. Motivations to work off-farm among U.S. women. *The Journal of Socio-Economics*, v. 45, p. 71-77, ago. 2013. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1053535713000632>. Cited: 1º mar. 2018.
- BRANDÃO, J. B. *O financiamento de atividades rurais não agrícolas no programa RS Rural na Região Central do RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>. Acesso em: 1º mar. 2018.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Nera*, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- CHECHI, L. A.; SHULTZ, G. A produção de erva-mate: um estudo da dinâmica produtiva nos Estados do Sul do Brasil. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v. 13, n. 23, p. 16-26, 2016. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2016a/agrarias/a%20producao%20de%20erva.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2019.
- CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. *Revista Capital Científico*, v. 12, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/33094. Acesso em: 28 fev. 2018.
- DREBES, L. M.; BOHNER, T. O. L. E as mulheres rurais? O Projeto Quintais Sustentáveis analisado sob a perspectiva de gênero. *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 160-198, 2016. Disponível em: <https://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/187/209>. Acesso em 1º fev. 2019.
- FAO. Food and Agriculture Organization. *Igualdade de gênero: garantir uma participação igual das mulheres e dos homens rurais no desenvolvimento*. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt10.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. FAZENDO GÊNERO, 10. Desafios atuais do feminismo. 2012, Florianópolis, *Anais* [...]. Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 8. fev. 2019.
- IBGE. *IBGE Cidades@*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2018.
- LUNARDI, R. *Mudanças nas relações de gênero no turismo rural*. Porto Alegre. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

- MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: ,2006.
- MENASCHE, R.; BELEM, R. C. Gênero e agricultura familiar: trabalho e vida na produção de leite do sul do Brasil. *Raízes*, Campina Grande, v. 17, n. 17, p. 135-142, 1998.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 317-348, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a04v18n2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A Contribuição das atividades agrícolas e não agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Revista de Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 365-393, jul./set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300002. Acesso em: 28 fev. 2018.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.
- PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; VALLE, L. M. (org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito, Equador: Flacso. 2009.
- SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/gazolla-marcio-schneider-sergio-a-producao-da-autonomia-os-201cpapeis201d-do-autoconsumo-na-reproducao-social-dos-agricultores-familiares-revista-estudos-sociedade-e-agricultura-rio-de-janeiro-ufrrj-v-15-p-89-122-2007>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 75-109, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-as-novas-formas-sociais-do-trabalho-no-meio-rural-a-pluriatividade-e-as-atividades-rurais-nao-agricolas-revista-redes-santa-cruz-do-sul-rs-v-9-n-3-p-75-109-2005>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- SILVA, A. P. Atividades rurais não-agrícolas: pluriatividade e desigualdades socioeconômicas nas grandes regiões do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ,2013.
- SILVA, C. B. C. *Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ,2009.
- SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20(2), p. 71-99, 1995.
- SPANVELLO, R, M. et al. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). *Polis*, Santiago, n. 44, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- STADUTO, J. A. R. et al. As ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais paranaenses. SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 8., Florianópolis, 2008. *Anais [...]*. Florianópolis, Brasil: UFSC, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30336/000681823.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 fev. 2019.